Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A.

CNPJ: 04.087.783/0001-43

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	6.142	203
Contas a receber (Nota 5)	803	
Outros créditos (Nota 6)	321	507
Estoques	47	43
Impostos a recuperar	56	55
Despesas antecipadas	345	12
	7.714	820
Não circulante		
Depósitos judiciais	44	43
Intangível		2
Imobilizado (Nota 7)	11.429	10.512
	11.473	10.557
Total do ativo	19.187	11.377

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante		
Fornecedores	729	21
Obrigações sociais	312	44
Impostos a recolher (Nota 8)	732	13
Outras contas a pagar	191	13
Adiantamento de clientes (Nota 9)		639
	1.964	730
Não circulante		
Impostos diferidos (Nota 16 (a))	292	
Patrimônio líquido (Nota 11)		
Capital social	29.914	28.725
Capital social a integralizar	(86)	
Prejuízos acumulados	(12.897)	(18.078)
Total do patrimônio líquido	16.931	10.647
Total do passivo e patrimônio líquido	19.187	11.377

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	28.725	(341)	(16.952)	11.433
Prejuízo do exercício			(1.126)	(1.126)
Integralização de capital (Nota 11 (b))		341		341
Em 31 de dezembro de 2016	28.725		(18.078)	10.647
Lucro líquido do exercício			5.180	5.180
Integralização de capital (Nota 11 (b))	1.189			1.189
Capital a integralizar (Nota 11 (b))		(86)		(86)
Em 31 de dezembro de 2017	29.914	(86)	(12.897)	16.931

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2017	2016
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 12)	13.526	
Custo dos serviços prestados (Nota 13)	(5.938)	
Lucro bruto	7.588	
Despesas administrativas (Nota 13)	(686)	(1.155)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(43)	(2)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	6.859	(1.157)
Despesas financeiras	(104)	(3)
Receitas financeiras	115	34
Resultado financeiro líquido (Nota 14)	11	31
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	6.870	(1.126)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente (Nota 16 (b))	(1.398)	
Imposto de renda e contribuição social - Diferido (Nota 16 (a))	(292)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.180	(1.126)
Quantidade de ações no final do exercício	73.502	67.006
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício	0,07	(0,02)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	6.870	(1.126)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		
Depreciação e amortização	645	31
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.417)	
	6.098	(1.095)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Despesas antecipadas	(333)	
Outros créditos	(659)	15
Impostos a recuperar	(1)	(5)
Estoques	(4)	9
Acréscimo (decréscimo) em passivos		
Fornecedores	708	
Obrigações sociais	268	(3)
Impostos a recolher	739	(1)
Adiantamento de clientes	(639)	634
Outros passivos	178	3
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	6.355	(443)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.519)	(19)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.519)	(19)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	1.103	341
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.103	341
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	5.939	(121)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	203	324
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.142	203

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações gerais: A Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A. ("Companhia"), foi constituída em 29 de setembro de 2000, com a denominação "Oceânica Terminal Portuário Ltda.", sob forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Em 08 de abril de 2005, foi transformada em sociedade por ações, e teve sua denominação alterada para esta utilizada atualmente. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviço de Operador Portuário de terminal de produtos líquidos a granel, atividade esta que compreende a realização todas as atividades vinculadas as operações de carga e descarga; armazenagem e serviços administrativos e documentais, perante os órgãos e repartições das Administrações Portuária e Fazendária, tanto na esfera federal quanto estadual e municipal. Durante o exercício de 2008, a Companhia passou pelo processo de credenciamento público junto a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e, em 18 de julho de 2008 a referida autoridade portuária credenciou e habilitou a Companhia para desempenhar as operações no Terminal Público de Álcool de Paranaguá (TEPAGUA). A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 1º de abril de 2009. Entretanto, face as necessidades de adaptações em suas instalações, e, devido as condições de mercado do etanol, que não se apresentavam atrativas, a operação ficou paralisada até o final de março de 2017. Com a melhora do mercado de etanol, as atividades foram reiniciadas para a Safra 2017/2018, tendo a Companhia iniciado as operações em abril de 2017, com a recepção de etanol com destino ao mercado externo, resultado de um contrato com um grande *player* do mercado. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2018. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. Os estoques são demonstrados ao custo, o qual é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. **2.6 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Administração inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil dos outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Edificações - 25 anos. • Máquinas - 10 anos. • Veículos - 5 anos. • Móveis e utensílios - 10 anos. • Equipamentos de Informática - 5 anos.Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas" na demonstração do resultado. **2.7 Ativos intangíveis. (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças (incluindo licenças de *software*) são demonstradas pelo custo histórico menos amortização acumulada. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos. **2.8 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **2.9 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor considerado necessário para liquidar a obrigação. **2.10 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.11 Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **Prestação de serviços:** A Companhia presta serviços de operador portuário de terminal de produtos líquidos a granel, atividade esta que compreende a realização todas as atividades vinculadas as operações de carga e descarga; armazenagem e serviços administrativos. A receita de prestação de serviços é, em geral, reconhecida tendo como referência os serviços contratados os quais são reconhecidos no resultado após terem sido prestados. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **3.1 Vida útil do imobilizado:** O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. Na opinião da administração da Companhia, a vida útil do imobilizado está corretamente avaliada e apresentada adequadamente nas demonstrações financeiras. **3.2 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

4 Caixa e equivalentes de caixa	2017	2016
Caixa	4	1
Depósitos bancários em conta corrente	19	18
Aplicações financeiras de curto prazo - CDB	6.119	184
	6.142	203

As aplicações de caixa e equivalentes de caixa possuem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança no valor justo caso seja requerido resgate antecipado. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos de instituições financeiras, comumente denominados Certificado de Depósito Bancário (CDB), indexados à taxa de depósito interbancário (DI).

5 Contas a receber	2017	2016
Receita da prestação de serviços	803	
	803	

Esse valor corresponde a Receita da prestação de serviços portuários de embarque de Etanol, realizado no mês de dezembro de 2017, com vencimento em janeiro de 2018.

6 Outros créditos	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores (i)	5	292
Adiantamento de para taxas, custas e honorários árbitros (ii)	142	142
Outros valores a receber (iii)	174	73
	321	507

Além de valores a receber de clientes, a Companhia possui outros créditos junto a terceiros, sendo esses valores composto por: (i) Valores pagos a Fornecedores antecipadamente, para posterior entrega de produtos e/ou serviços; (ii) Pagamento de taxas e honorários advocatícios relativo ao auxílio e instruções documentais de processos envolvendo as acionistas da Companhia, o qual serão reembolsados por aquelas; (iii) Pagamentos de Taxas Portuárias relativo a operação de embarque de Navios já programados perante a autoridade Portuária, e prestes a atracar.

7 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Instalações	Móveis e utensílios	Edificações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	2017 Total	2016 Total
Custo									
Saldo no início do exercício	134	5	87	203	126	0	10.309	10.864	10.827
Adições	101	149	27		129	264	890	1.560	19
Transferências						10.518	(10.518)		
Baixas	(12)							(12)	
Saldo no final do exercício	223	154	114	203	255	10.782	681	12.412	10.846
Depreciação acumulada									
Saldo no início do exercício	(114)	(2)	(45)	(68)	(123)			(352)	(306)
Depreciação anual	(20)	(3)	(9)	(8)	(16)	(588)		(644)	(26)
Depreciação acumulada de ativos baixados	13	0	0	0	0	0	0	13	
Saldo no final do exercício	(121)	(5)	(54)	(76)	(139)	(588)		(983)	(332)
Valor contábil									
Saldo no início do exercício	20	3	42	135	3		10.309	10.512	10.521
Saldo no final do exercício	102	149	60	127	116	10.194	681	11.429	10.512
Taxa média de depreciação	20	4	10	4	10	4			

A Administração da Companhia realizou em 2016 um estudo de recuperabilidade do ativo imobilizado. O referido estudo concluiu não ser necessário constituir provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment"). Em 2017, foi realizado uma revisão das premissas e indicadores daquele estudo, que culminou no mesmo entendimento apontado no ano anterior, qual seja, a não constituição da provisão de ajuste.

8 Impostos a recolher	2017	2016
ISSQN a recolher	100	2
PIS a recolher	44	1
COFINS a recolher	205	3
I.R. retido na fonte	16	3
Contribuições sociais retido na fonte	3	1
INSS retido na fonte		3
ICMS a recolher	10	
IRPJ a recolher	250	
CSLL a recolher	104	
	732	13

9 Adiantamentos de clientes	2017	2016
Coop Agroindustrial Nova Produtiva		33
Coopcana Coop Agric Reg Prod Cana Ltda		84
Cooperval Coop Agroind Vale do Ivai Ltda		47
Copagra Coop Agroind Noroeste Paranaense		32
Renuka Vale do Ivai S/A		20
Usaciga Açucar Alcool e En Eletriça Ltda		26
Usina Alto Alegre S/A - Açucar e Alcool		34
Usina de Açucar e Alcool Goioere Ltda		31
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda		327
Vale do Sussui Participações S/A		5
		639

O início das operações, conforme citado na Nota 1, em abr/17, se deu a partir de contrato firmado com um novo cliente, o que repercutiu em geração de fluxo de caixa positivo para fazer frente as operações. Em virtude de tal situação, os adiantamentos existentes de antigos clientes acionistas da Companhia, e não utilizados à época, foram convertidos para aumento de capital, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), dos dias 22 de setembro e 13 de dezembro de 2017.

10 Partes relacionadas	2017	2016
Passivo circulante		
Adiantamentos de clientes		639
		639

Não há saldos ou transações com partes relacionadas em 2017 exceto o aumento de capital já mencionado na nota 9. **Remuneração da administração:** A remuneração da administração no exercício de 2017 montou em R$ 11 (R$ 11 em 2016). **11 Patrimônio líquido. (a) Capital social:** O Capital social subscrito da Companhia é representado por 73.501.707 (setenta e três milhões, quinhentos e um mil, setecentos e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	2017 Capital social	2017 Quantidade de ações	2016 Capital social	2016 Quantidade de ações
Coop Agroindustrial Nova Produtiva	1.337	3.401.828	1.273	3.051.909
Coopcana Coop Agric Reg Prod Cana Ltda	3.244	8.545.168	3.084	7.666.196
Cooperval Coop Agroind Vale do Ivai Ltda	1.810	4.766.454	1.720	4.276.168
Copagra Coop Agroind Noroeste Paranaense	1.308	3.231.225	1.256	2.945.682
Dail S/A Destilaria de Alcool Ibaiti	962	1.079.293	962	1.079.293
Renuka Vale do Ivai S/A	2.991	7.236.158	2.970	7.118.413
Usaciga Açucar Alcool e En Eletriça Ltda	991	2.610.086	942	2.341.608
Usina Alto Alegre S/A - Açucar e Alcool	1.320	3.480.573	1.254	3.122.554
Usina de Açucar e Alcool Goioere Ltda	1.212	3.102.408	1.152	2.783.288
Usina de Açucar Santa Terezinha Ltda	12.651	33.318.903	12.024	29.891.657
Vale do Sussui Participações S/A	2.088	2.729.611	2.088	2.729.611
	29.914	73.501.707	28.725	67.006.379

(b) Capital a integralizar e integralizado: Conforme deliberado na AGO realizada em 13 de dezembro de 2017, foi acordado um aumento de capital na ordem de R$ 1.189, tendo sido utilizado valores disponíveis do saldo de adiantamento de clientes, e o restante em duas parcelas a serem saldadas em 15 de dezembro de 2017 e 15 de janeiro de 2018. O saldo de R$ 86 em 31 de dezembro de 2017, é exclusivo da parcela que será liquidada em 15 de janeiro de 2018. **(c) Prejuízos acumulado:** O saldo de R$ 12.649 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 18.078 em 2016) refere-se a prejuízos decorrentes da operação da Companhia relacionados aos exercícios anteriores e amortizado pelo resultado de 2017.

12 Receita	2017	2016
Receita de serviços	15.363	
Impostos incidentes sobre vendas	1.837	
Receita líquida	13.526	

13 Despesas por natureza	2017	2016
Salários, obrigações sociais e encargos	2.102	355
Consultoria	70	35
Honorários advocatícios	110	89
Serviços de terceiros	2.309	472
Material de manutenção	476	34
Depreciação	645	31
Editais e publicações	83	23
Contribuições sindicais	23	24
Outras despesas	806	92
	6.624	1.155
Custo dos serviços prestados	5.938	
Despesas administrativas	686	1.155
	6.624	1.155

14 Resultado financeiro líquido	2017	2016
Receitas financeiras (i)		
Juros recebidos	21	12
Rendimentos sobre aplicações financeiras	94	22
	115	34
Despesas financeiras (ii)		
I.O.F.	(9)	
Juros pagos	(91)	
Outras despesas financeiras	(4)	(3)
	(104)	(3)
Resultado financeiro líquido	11	31

(i) Os juros auferidos pela Companhia são oriundos basicamente de: i) rendimentos de aplicações financeiras em CDB´s; e ii) juros correspondentes a Taxa Selic sobre os valores de ressarcimento impostos perante a Receita Federal do Brasil, devidamente escriturados e solicitados através de PER/DCOMP. (ii) No tocante as despesas financeiras, cabe destacar que o IOF é incidente sobre o resgate de aplicações financeiras antes do prazo mínimo de 30 (trinta) dias. Quanto aos juros, trata-se da remuneração paga aos acionistas sobre a parcela dos adiantamentos de clientes-acionistas existentes e convertido em aumento de capital, conforme Nota 7 e Nota 9 (b). **15 Seguros contratados:** A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros na modalidade de operador portuário e para os bens efetivamente imobilizados, cujas coberturas são consideraras suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face às ocorrências de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Natureza	Vigência	Cobertura
RC Operador portuário	01/11/2017 a 01/11/2018	70.000
Danos físicos a bens móveis e imóveis	01/11/2017 a 01/11/2018	40.000
Responsabilidade civil	01/11/2017 a 01/11/2018	5.000
Danos morais	01/11/2017 a 01/11/2018	5.000
Danos elétricos	01/11/2017 a 01/11/2018	1.000

16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(a) A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido

	2017	2016
Imposto diferido passivo		
Receitas	273	
Vida útil do ativo imobilizado	19	
	292	

(b) O Imposto de Renda (IR) foi calculado à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a Contribuição Social sobre o lucro (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social - das operações continuadas	6.870	(1.126)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.321)	383
Reconciliação para a alíquota efetiva		
Adições ou exclusões		
Imposto não constituído sobre prejuízo		(383)
Compensação de prejuízo fiscal	625	
Diferença da vida útil do imobilizado		
Outras exclusões e adições líquidas	6	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.690)	-
Corrente	(1.398)	-
Diferido	(292)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.690)	-

17 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Dois novos procedimentos contábeis serão efetivados para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, o que implicará em modificações das normas para reconhecimento contábil, sendo eles: • CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – Financial Instruments; e • CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers. IFRS 16- "Operações de Arrendamento Mercantil" - O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração efetuou a avaliação do impacto da adoção do IFRS 9 e não identificou efeitos materiais nos ativos e passivos financeiros que possui. Também foi avaliada a aplicação do IFRS 15 e que devido ao modelo de negócios da Companhia também não irá gerar efeitos relevantes no reconhecimento de receitas quando comparado ao modelo atual.

DIRETORIA

Paulo Meneguetti - Diretor Presidente
Pérsio de Souza de Assis - Diretor
Rogério Magno Baggio - Diretor
Tácito Octaviano Barduzzi Junior - Diretor
Silezio da Silveira - Diretor
Ayrton Carlos Berg Junior - Diretor
Osvaldo Inácio da Silva Junior - Contador

Relatório Do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas, Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 12 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7